

**EDUCAÇÃO FÍSICA E NÍVEIS SÓCIO-ECONÔMICOS: UMA PESQUISA
COM A POPULAÇÃO URBANA DE SANTANA DE PARNAÍBA**

FRANÇA, Alexandro Luiz*
NOGGERINI, Marcos Roberto*
OYAMA, Edison Riuitiro*
ROSA Jr., José Roberto*
SOUZA JR., Rui de*
TAKITO, Mônica Yuri*

RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de investigar a prática de atividades motoras junto à população sócio-economicamente desprivilegiada do município de Santana de Parnaíba, em São Paulo. Quanto aos procedimentos metodológicos empregados, partiu-se inicialmente de uma análise da realidade sócio-econômica brasileira, com a posterior construção do objeto empírico, sendo utilizadas as técnicas de observação sistemática, entrevista e questionário. Os resultados obtidos parecem corroborar o fato de que a prática de atividades motoras restringe-se predominantemente às classes sócio-economicamente privilegiadas, do meio urbano. Finalmente, foram apontadas considerações a respeito dos resultados obtidos, relacionando-os a elementos de natureza profissional da Educação Física.

UNITERMOS: Educação física, níveis sócio econômicos

ABSTRACT

**PHYSICAL EDUCATION AND SOCIAL AND ECONOMICAL LEVELS: A
RESEARCH WITH THE URBAN POPULATION OF SANTANA DE
PARNAÍBA**

The aim of this study was to investigate if the social and economical disprivileged population of Santana de Parnaíba town, in São Paulo state, executed the practice of motor activities. Concerning to the metodologic proceedings, it was initiated firstly an analysis of brazilian social and economical reality, with the posterior and systematic observations techniques of the interview and of the questionnaire, the results obtained seem to confirm the fact that the practice of motor activities were

* Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo

restricted predominantly to the privileged social and economical classes from urban environment. Finally considerations were made about the obtained results relating them to the elements of professional nature of Physical Education.

INTRODUÇÃO

O movimento humano, considerado sob a perspectiva de um comportamento observável, é algo absolutamente inerente à existência do *homo sapiens sapiens*. Sendo assim, inúmeras formas de atividades motoras acompanham o homem desde o berço da civilização, quer estivessem ligadas às necessidades de alimentação, proteção, caça, religião, magia ou outras (Bucher, 1979; Siedentop, 1972). Todavia, ao se observar a realidade contemporânea, percebe-se que existem tipos particulares de movimentos¹, executados de modo intencional, sistemático e regular, motivados principalmente por fatores estéticos, de saúde, ou por influência dos meios de comunicação, entre outros. Assim, assiste-se a uma verdadeira “invasão” de parques, clubes, ruas e avenidas, por parte dos adeptos da prática de atividades motoras. A constatação desse fato foi evidenciada por Stephens (1987), num estudo baseado em dados referentes à execução de atividades motoras nos Estados Unidos da América e Canadá, concluindo que houve um aumento de tal prática entre os adultos americanos, incluindo-se também as pessoas com mais de cinquenta anos de idade, durante as duas últimas décadas.

Malgrado a carência de evidências empíricas a respeito do mesmo fenômeno em nível nacional, intuitivamente (e basta para isso uma observação da realidade circundante - avenidas, praças, ruas,...), é plausível supor que o Brasil apresenta também a “explosão” da prática de atividades motoras. É notório ainda o aumento do consumo de equipamentos e acessórios utilizados, tais como bolas de futebol, tênis, vestuário (Machado Neto, 1995²), bicicletas ergométricas, aparelhos de musculação, além de complementos alimentares, bebidas e outros. Como se não bastassem tais evidências, os meios de comunicação de massa (televisão, rádio, jornal, revistas³) têm se dedicado, de modo cada vez mais acentuado, à divulgação e veiculação de atividades relacionadas principalmente ao fenômeno Esporte (Claeys & Van Pelt, 1986) - Copas do Mundo, Olimpíadas, Campeonatos Mundiais (volibol, tênis, atletismo, entre outros) - mas que de certa forma, se relacionam à prática de atividades motoras e à Educação Física.

No que concerne às causas desse *boom*, cite-se a disseminação de

¹ Essa categoria particular de movimentos foi denominada neste trabalho apenas como “prática de atividades motoras”.

² O. MACHADO NETO. *Comunicação Pessoal*. Palestra proferida na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, sobre o tema Regulamentação das Profissões Educação Física e Esporte. EEFE-USP, São Paulo, 1995.

³ Nos últimos anos, houve inclusive a criação de canais de televisão (a cabo, via satélite) e edições de periódicos que tratam exclusivamente do fenômeno Esporte.

informações a respeito da relação entre a execução do movimento e a melhoria da qualidade de vida e um provável aumento da longevidade, fatores estéticos, entre outros. Cabe citar que nos Estados Unidos da América, existe um investimento governamental, no que se refere a incentivar o envolvimento da população em programas de atividades motoras, tendo em vista as implicações em nível econômico e social (gastos com saúde, assistência e previdência social). Em São Paulo, no segundo semestre de 1997, foi lançada a campanha “Agita São Paulo” (promovido pelo Governo do Estado de São Paulo, com participação direta da Secretaria de Estado de Saúde e do Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul - CELAFISCS), que inclusive apresenta similaridades com o programa “Mexa-se”, ocorrido durante a década de setenta no Brasil.

Desse modo, com base nas evidências apresentadas, poder-se-ia concluir que a prática de atividades motoras se configura, na atualidade, como um fenômeno disseminado e valorizado socialmente. Em verdade, tudo leva a crer que esse fato, *per se*, caracterizaria em parte uma necessidade social que precisa ser atendida pelo profissional de Educação Física, pois, neste estudo, considerou-se que a profissão Educação Física se distingue essencialmente por ser uma prestação de serviços à sociedade, que atende a uma necessidade social, fundamentada em conhecimentos acadêmicos e com um caráter eminentemente prático/aplicado (Cheffers & Evaul, 1978; Kroll, 1982; Lawson, 1984). No caso da Educação Física, a prestação de serviços ocorreria na forma de uma disseminação de conhecimentos teóricos e práticos sobre o movimento humano, com vistas a promover um desempenho motor mais eficaz e harmonioso dos indivíduos, além da valorização e da incorporação da prática do movimento e de sua execução intencional e consciente, fundamentada nos conhecimentos adquiridos via programas de Educação Física (Comissão de Graduação - EEFÉ-USP, 1996; Mariz de Oliveira, 1993; Oyama, 1997).

Assim, a atuação da Educação Física, enquanto uma profissão, atenderia *também* às necessidades sociais criadas a partir do *boom* da prática de atividades motoras enquanto um fenômeno disseminado e valorizado socialmente.

Entretanto, parece que esta profissão não tem se adaptado nem correspondido às demandas e necessidades sociais criadas em torno desse fato. Sabe-se que quando de sua institucionalização, ocorrida no final do século XIX / início do século XX, a Educação Física restringia sua atuação exclusivamente ao sistema escolar, na forma de ginástica, tanto na Europa (Betti, 1991) e Estados Unidos (Henry, 1964; Newell, 1990; Sage, 1984), quanto no Brasil (Mariz De Oliveira et al, 1988). Com o passar do tempo, essa tendência sofreu mudanças profundas, a ponto de Newell (1990) afirmar que a responsabilidade do profissional da área atualmente não se restringe apenas aos programas de Educação Física Escolar.

Ainda, para Sage (1984; p. 120),

Os últimos quinze anos têm testemunhado uma revolução social no estilo de vida americano [e por que não brasileiro?] e nos empreendimentos que financiam a promoção da saúde e do lazer na sociedade. O movimento do fitness em muitos tipos de atividades estão agora bem estabelecidos em nossa vida pessoal e numerosos papéis ocupacionais têm sido criados para acompanhar essa tendência.

Entretanto, acrescenta o autor que, infelizmente, “(...) como uma profissão, a Educação Física não tem se conscientizado nem se comprometido [com essa realidade] (...)”. Ou seja, parece que a “(...) Educação Física mudou, mas os profissionais da Educação Física não (...)” (Ellis, 1988; p.76), talvez por conta de questões históricas, relacionadas principalmente ao processo de “disciplinarização” da Educação Física⁴.

Segundo Newel (1990; p.235), sob o aspecto da preparação profissional, a Educação Física não tem respondido às demandas do mercado de trabalho, pois o “(...) meio acadêmico tende a rechaçar as Jane Fonda e os Richard Simmons da vida, mas muitas vezes a comunidade da Educação Física tem seguido, ao invés de preceder indivíduos como esses”. Em verdade, “(...) nos dias de hoje, a clientela da Educação Física é extremamente heterogênea (...)” (Ellis, 1988; p.75), composta por pessoas de todas as idades, que exigem um serviço competente e de boa qualidade por parte dos profissionais da área, que pagam por seus serviços quando estão satisfeitas e lhes dão um *foot on the ass* quando não estão.

Porém,

Independentemente do que aconteça quanto ao desenvolvimento de uma “disciplina”⁵ da Educação Física, por qualquer que seja seu nome, sempre persiste um campo educacional da Educação Física. A principal razão para isso é que as pessoas continuam engajadas na atividade motora, [para] aprender sobre o movimento em atividades de lazer, desafio e esporte. A experiência humana representada naquilo que é chamado Educação Física existe e continuará a ser significativo na vida das pessoas. Pelo fato de as pessoas de todas as idades continuarem a “fazer”

⁴ Para informações mais detalhadas sobre o tema disciplinarização da Educação Física, consultar: E. S. BRESSAN. “2001: the profession is dead - was it murder or suicide?” *Quest*, v.31, n.1, p.77-82, 1979; M. J. ELLIS. “Warning: the pendulum has swung far enough.” *JOPERD*, v.59, n.3, p.75-8, 1988; H. A. LAWSON. *Invitation to physical education*. Illinois, Human Kinetics, 1984. Especificamente o capítulo 3 - “The disciplinary movement”; K. M. NEWELL. “Physical education in higher education: chaos out of order.” *Quest*, 42, 227-42, 1990; J. O’HANLON & T. WANDZILAK. “Physical education: a professional field”. *Quest*, v.32, n.1, p.52-9, 1980.

⁵ As aspas não se encontram no texto original.

Educação Física, existe a necessidade de profissionais de Educação Física que irão ajudá-las (...) [nesse empreendimento - orientação para a prática de atividades motoras / Educação Física]. (O'hanlon & Wandzilak, 1980; p.55)

Ou seja, a despeito de um certo “descompasso” entre a realidade e a Educação Física, esta última tem um valor e um caráter pedagógico incontestável, relacionado com o ensino do movimento humano (Lima, 1994; Renshaw, 1973), pois sua importância para a vida das pessoas relaciona-se com o ensinar a “(...) *quem quer que seja a como mover-se e saber sobre esporte, prática de atividades motoras e aptidão física, para que essas pessoas possam tomar decisões inteligentes durante sua vida.*” (Corbin, 1984; p.59)

Mas, constatada a questão de que a Educação Física não tem atendido nem se adaptado às demandas e às necessidades sociais, relacionadas com a prática de atividades motoras, identifica-se também outro problema, específico à sociedade brasileira: o fato de que, por motivos de ordem econômica e social, parece não existir igualdade quanto às possibilidades de acesso à prática de atividades motoras por parte da população como um todo, devido aos gastos envolvidos na realização dessas atividades, no que se refere ao consumo de todos os instrumentos básicos, acessórios, serviços e informações necessárias a sua execução. Okuma (1990) parece corroborar tais dados, ao afirmar que tal prática manifesta-se principalmente junto às classes mais privilegiadas da sociedade, notadamente as classes “A” e “B”, no meio urbano. Fato este compreensível, na medida em que aspectos culturais, econômicos e sociais estão intimamente relacionados à prática de atividades motoras enquanto um fenômeno social. Ainda, segundo Sanches Neto & Oyama (1998), a desigualdade de acesso e efetiva execução da prática de atividades motoras é um fato explicado pela análise da estrutura econômica e social da sociedade brasileira, caracterizada pela existência de profunda injustiça social e concentração de renda.

Assim, emerge a questão de que se o acesso a certas práticas de atividades motoras e o consumo de materiais e serviços necessários a sua execução estão condicionados à detenção de um certo *status* sócio-econômico, como se manifesta, ou seja, quais os tipos, formas e particularidades da prática de atividades motoras desenvolvidas pelas populações sócio-economicamente desprivilegiadas? Destarte, o objetivo deste estudo foi o de investigar os tipos, formas e peculiaridades da prática de atividades motoras (não necessariamente aquelas manifestadas exclusivamente junto às classes “A” e “B”), entre a população brasileira sócio-economicamente desprivilegiada.

Entretanto, em virtude de limitações de ordem operacional (tempo, recursos

humanos, materiais e financeiros), o estudo ficou delimitado à amostra pertencente a um município contíguo à cidade de São Paulo - Santana de Parnaíba - além disso, o trabalho assumiu a característica de um *projeto piloto*, de natureza exploratória. Foram sistematizados conhecimentos de natureza sociológica (breve análise da realidade sócio-econômica do Brasil) e antropológica (construção do objeto empírico, à luz dos conhecimentos provenientes da Antropologia Social), o que caracterizou um estudo que poderia se enquadrar na denominada “área sócio-cultural da Educação Física”.

O trabalho justifica-se pelo fato de que, em princípio, em termos profissionais, a Educação Física tem uma responsabilidade social, relacionada com uma prestação de serviços à sociedade, independentemente da posição social ocupada pelos seus clientes. Além disso, sob o aspecto da produção e sistematização de conhecimentos, este trabalho procurou apresentar dados que viessem a contribuir com a atuação do profissional de Educação Física, especificamente no que se refere a elementos de natureza sócio-cultural.

DESENVOLVIMENTO

1. Brasil: aspectos sócio-econômicos

As palavras “globalização”, “neoliberalismo”, “monetarismo”, entre outras, são usadas com bastante frequência e uma quantidade bastante significativa de estudos e análises se propõe a explicá-las e defini-las. Longe de tal entendimento, partiu-se de alguns pressupostos quanto ao entendimento dos termos citados acima. Desse modo, em concordância com Gorender (1995), considerou-se, neste estudo, que o neoliberalismo é o sistema político correspondente ao capitalismo contemporâneo, o qual se caracteriza, segundo Chauí (1994), essencialmente por:

- 1) a transformação do modelo de trabalho, baseado no modo fordista de produção, em que o desemprego é algo conjuntural ao sistema, para o modelo do capitalismo contemporâneo, no qual o desemprego se torna um elemento estrutural;
- 2) o capitalismo financeiro e conseqüentemente o monetarismo tornaram-se os epicentros hegemônicos do sistema, privilegiando o dinheiro, talvez a mais significativa mercadoria fetichizada, e desvalorizando o trabalho;
- 3) a terceirização tornou-se estrutural ao nível de produção;
- 4) a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, transformando-se em agentes da acumulação do capital;
- 5) o Estado interfere cada vez menos nas regras do mercado, além de desobrigar-se das políticas sociais, tornando-se a privatização também estrutural;
- 6) a tendência progressiva à transnacionalização da economia,

suplantando a figura clássica do Estado, gerando a chamada “globalização das estruturas econômicas”;

E, por último,

(...) a distinção entre países de primeiro e terceiro mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta (...). (Chauí, 1994; p.6-8)

Conforme citado, para Gorender (1995) o neoliberalismo é a denominação do modelo político correspondente à fase atual do capitalismo, o qual imprime novos processos econômicos, políticos e sociais e a imposição de um processo civilizatório específico ao capital, tanto em nível mundial (globalização das estruturas econômicas, sociais e culturais), quanto regional, gerando a diminuição da intervenção do Estado nos mecanismos sociais (Boron, 1994; Chauí, 1994; Ianni, 1994). Como um país de capitalismo periférico, o Brasil tem sido cooptado em tal lógica, funcionando sob os auspícios e domínio do capital, sendo essa a causa principal do contínuo processo de pauperização e concentração de renda do país. Tais afirmações evidenciam o fato de que o Brasil é um país que apresenta graves problemas sociais e econômicos, por conta de sua cooptação pelo modelo do capitalismo contemporâneo e seu respectivo funcionamento segundo a lógica do neoliberalismo e da globalização.

No que se refere ao fenômeno da concentração de renda, segundo o artigo “Desaquecimento piora distribuição de renda” (Anônimo, 1995), o problema se relaciona com a combinação de múltiplos determinantes. As causas históricas estão associadas principalmente à importação de um modelo econômico em que os resultados da produtividade não foram distribuídos à sociedade. Entre outros condicionantes, estão a má distribuição de renda, que se relaciona com a implantação de um modelo tributário injusto, para o qual os mais ricos (entre pessoas físicas e jurídicas) pagam menos impostos, em detrimento dos mais pobres. Constitui-se também como causa a ocorrência de crises cíclicas da economia, destacando-se a ocorrida na década de 80, em que a estagnação econômica, a recessão, a alta da inflação e o arrocho salarial penalizaram as camadas mais pobres da população.

Conforme o relatório do Banco Mundial (1995), o Brasil é o campeão mundial de concentração de renda, pois 10% da população, os mais ricos, detêm 51,3% do PIB nacional, enquanto 40%, representados pelos mais pobres, ficam com apenas 7% (índice mais baixo entre os 145 países incluídos no relatório da UNICEF sobre a situação mundial da infância, em 1995) (Souza, 1996). Ainda, segundo a ONU,

(...) só uma nação do planeta é mais desigual do que o Brasil

na vida que oferece a ricos e pobres: Botsuana. Todas as outras distribuem sua riqueza ou pobreza de forma mais ou menos equitativa. (Anônimo, 1994; p.1-2)

Afirmção que se baseia no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado periodicamente desde 1990, pela Organização das Nações Unidas e que

(...) oferece um retrato das condições de vida mais acurado do que o fornecido por dados apenas econômicos como o PIB per capita. O índice inclui também itens como expectativa de vida e grau de escolaridade.

A pesquisa revela que o IDH médio do Brasil é de 63 entre os 173 países listados, a despeito de ser uma das dez maiores economias, reforçando a idéia da desigualdade social. A tendência à concentração de renda, ao invés de ser sanada na década atual, de modo oposto, aumentou de forma ainda mais dramática. Segundo Boron (1994; p.193), existem dados que:

(...) revelam a presença de uma situação mais escandalosa inclusive a que existe na Índia, [segundo os quais] o Brasil aparece com a pior estrutura de distribuição de renda em uma amostragem de dez países recentemente analisada pelo Banco Mundial.

Entretanto, com o advento do Plano Real, parece ter havido uma melhora na distribuição de renda do brasileiro (Figueiredo, 1996). Em verdade, interpreta-se que esse ganho foi apenas o resultado do controle da inflação, a qual penalizava as camadas mais pobres da população. Se por um lado, houve benefício a essas pessoas, por outro, as camadas média e média-alta foram prejudicadas, na medida em que juntamente com o controle inflacionário houve tanto um “achatamento” salarial, quanto um aumento no custo dos serviços públicos e privados consumidos pelas classes média e média alta.

Quanto ao problema da pobreza⁶, segundo Eich (1991), a mesma cresceu na maioria das regiões do país, entre 1980 e 1987 (conforme dados do estudo do Instituto de Estudos Políticos e Sociais - IEPS), conforme a tabela a seguir:

⁶ Compreende-se como pobre o brasileiro economicamente ativo que ganha o equivalente a um quarto do salário mínimo, segundo o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPS). Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 1980 - 1987.

	1980	1987
BRASIL	17,7	23,3
Urbano	9,4	14,8
Rural	36,2	46,3
Norte	19,7	16,8
Nordeste	32,5	44,2
Sudeste	10,1	13,0
Sul	15,1	17,3
Centro-Oeste	14,0	18,5

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (1980-1987).

Ainda, segundo os artigos “América Latina produz sessenta milhões de pobres” (Anônimo, 1994) e “Desafio da pobreza” (Anônimo, 1990), o Brasil tem o maior número de pobres e miseráveis da América Latina (em 1979 eram 30%; em 1990, eram 39%). Conforme o artigo “40% dos brasileiros passam fome; desnutrição atinge 30% das crianças” (Anônimo, 1990), cerca de 53,2 milhões de pessoas viviam em 1985 com uma renda anual entre US\$ 150,00 e US\$ 300,00, ou seja, mais de 40% da população brasileira. E em

(...) 1986, por exemplo, nada menos do que 40% da população nacional encontrava-se numa situação de pobreza; uma parcela adicional de 18% foi considerada “indigente”, o que, conforme definição da pesquisa, equivaleria a deter um poder aquisitivo inferior ao custo da cesta básica. (Anônimo, 1994; p.1-2)

Sobre a taxa de mortalidade infantil, segundo o artigo “40% dos brasileiros passam fome; desnutrição atinge 30% das crianças” (Anônimo, 1990), no Brasil morreram 61 crianças, a cada mil nascidas vivas, em 1988. Sendo que 61% destas mortes, em 1986, foi causada pela desnutrição, a qual atinge cerca de 30% das crianças, entre 0 e 5 anos.

Com relação a São Paulo, é apontado no artigo “A miséria cresce e toma conta de São Paulo” (Anônimo, 1991; p.6) que

Segundo os números do IBGE (...), quando a década começou, a Grande São Paulo tinha 3,6 milhões de pobres e 1,7 milhões de miseráveis. Hoje são 4,7 milhões de pobres e o número de miseráveis praticamente dobrou - 3 milhões (...).

Ou seja, em 1991, são 7,7 milhões de despossuídos, ou 44% da população da Grande São Paulo, que era de 17,5 milhões de habitantes. Além disso,

A renda média familiar real, que era de US\$550,00 em 1977, despencou para quase a metade - caiu para US\$290,00 - dez anos depois. Em 1980 haviam 500 mil favelados (6% da população). Hoje [1991] são 820 mil (8%).

Sobre a fome, no artigo “40% dos brasileiros passam fome; desnutrição atinge 30% das crianças” (Anônimo, 1990; p. C-1), afirma-se que

Somente nas regiões metropolitanas de Rio e São Paulo, está 47,2% das populações pobres do país, que recebem até um salário mínimo. (...) São Paulo e Rio, juntos, têm 45 milhões de pessoas que passam fome regularmente.

Quanto às questões de moradia, segundo Anônimo (1991; p.6):

A população que mora nos cortiços também aumentou: hoje [1991] são 3 milhões (28% dos habitantes de São Paulo), (...). Em 1988, moravam em casas precárias da periferia cerca de 2,4 milhões de indivíduos, o que significa dizer que no coração econômico do país, 59% das pessoas ocupavam uma dessas três formas espoliativas de moradias [favelas, cortiços, casas precárias]. (...) Hoje [1991], já são mais de 820 mil favelados ou 7,7% da população de 11,3 milhões de habitantes. Na década de 80, o número de favelas na Capital subiu de 763 para 1592. (...) Dos 4,5 milhões de domicílios da Grande São Paulo, pouco mais de 1 milhão, ou 22,8% não têm acesso a pelo menos um dos quatro serviços públicos essenciais: redes de água, luz, esgotos e coletas de lixo. Mais ainda, 900 mil não estão ligados à rede de esgotos e metade deles ou 460 mil despeja esgoto em valas, córregos, riachos ou represas. Na capital, 600 mil

domicílios, do total de 1,7 milhões que recebem água encanada, não estão ligados à rede de esgotos.

Assim, após uma análise sócio-econômica da realidade brasileira, segue abaixo a descrição de Santana de Parnaíba.

2. Santana de Parnaíba⁷

Santana de Parnaíba é uma cidade com mais de quatrocentos anos de existência e sua fundação consta de 1580, pelo bandeirante Bartolomeu Simões Pereira. O local foi palco de expedições de bandeirantes e tinha como principais fontes de renda a mineração, o plantio de mandioca, algodão, cana e trigo. Até o século XVIII, a cidade rivalizava com São Paulo em importância. Todavia, pelo fato de enfrentar dificuldades com o escoamento dos produtos de sua economia, devido à distância das vias de comunicação, seu desenvolvimento foi prejudicado, diferentemente de São Paulo, que se desenvolveu às custas da lavoura do café e da industrialização. E foi justamente em virtude de sua “estagnação”, que Santana de Parnaíba acabou por preservar suas características de cidade bandeirantista e religiosa, sendo seu centro histórico tombado por órgãos responsáveis pela preservação de patrimônios históricos e culturais.

Assim, a cidade tem um vasto e importante patrimônio cultural, como a Casa do Bandeirante Anhangüera, a Igreja Matriz, a Casa Mineira, entre outros. São construções que datam do século XVIII (algumas até anteriores a este), que foram recuperados e considerados patrimônio histórico. Além disso, Santana de Parnaíba preserva importantes atividades culturais como a Noite dos Fantasmas, a Festa de *Corpus Christi*, a Festa do Divino, entre outras.

Santana de Parnaíba situa-se a noroeste de São Paulo, a uma distância de 38 km da capital. Ao norte faz divisa com Pirapora do Bom Jesus e Cajamar. Ao sul, com Barueri e a oeste com São Roque. Tem uma população de 47.584 habitantes, numa área de 179 km² (1993). A população economicamente ativa é de 14.699 pessoas, com uma receita orçamentária de Cr\$21.058.309,09 (1993). Não há hospitais, só existe um Pronto-Socorro, quatro ambulatórios médicos e 0,26 leitos por habitantes. O coeficiente de mortalidade infantil é de 50,31 por mil nascidos vivos (1993).

Pode-se inferir, com base nos dados apresentados, que Santana de Parnaíba é um município pobre. Com exceção de sua área central, predominam condições de sobrevivência difíceis nos bairros periféricos, cujo total é de aproximadamente vinte e cinco. Alguns desses bairros encontram-se ao longo das rodovias de maior fluxo em direção a São Paulo, contando com algumas indústrias. Além disso, muitas pessoas

⁷ As informações históricas, demográficas, mapas do município, foram extraídas do “book” **Santana de Parnaíba**, editado pela Prefeitura de Santana de Parnaíba e gentilmente emprestado aos pesquisadores.

residem longe do centro, enfrentando dificuldades no que se refere à precariedade do transporte coletivo.

Foi em um desses bairros - o Parque São Luiz - próximo ao centro de Santana de Parnaíba, onde foi realizado o presente estudo.

METODOLOGIA

Em função dos objetivos e dos procedimentos metodológicos empregados na investigação do problema, este estudo foi considerado, em termos de metodologia, como sendo de natureza não experimental (Kerlinger, 1980), pois, entre outros aspectos, não houve manipulação intencional de variáveis independentes nem a designação casual de sujeitos. Conforme citado anteriormente, devido à ocorrência de dificuldades de ordem material, humana e financeira, não foi possível a realização de um estudo que averiguasse a prática de atividades motoras junto à totalidade da população brasileira sócio-economicamente desprivilegiada. Desse modo, ao investigar apenas a amostra pertencente à população urbana do município de Santana de Parnaíba (localizado na região da Grande São Paulo), o estudo assumiu a característica de um projeto piloto. A escolha por tal local deveu-se ao fato de que os estudos envolvendo populações desprivilegiadas assumem peculiaridades, principalmente no tocante a sua “aproximação”. Ou seja, em tais pesquisas, normalmente é necessária uma “via de entrada”, a qual possibilite o acesso e o contato inicial para o desenvolvimento da investigação (Lüdke & André, 1986; Magnani, 1994⁸). Nesse sentido, escolheu-se Santana de Parnaíba, devido ao acesso obtido junto a um de seus bairros carentes, por meio de um grupo de jovens que desenvolvia serviços de assistência social no local.

Segundo Selltiz et al (1987), ao se desenvolver uma pesquisa, pode-se ter como objetivo a familiarização com um fenômeno, buscando sua maior compreensão, para posteriormente formular-se novos problemas e hipóteses a respeito do tema estudado. Assim, este trabalho se enquadrou na categoria dos estudos formuladores ou exploratórios, cuja principal característica se refere à coleta de dados, levantamento de hipóteses, registros e intuições sobre o problema investigado. Desse modo, ao se buscar uma compreensão mais ampla sobre o fenômeno estudado, a investigação ocorreu mediante a utilização de três técnicas de pesquisa combinadas, conforme as orientações de Lüdke & André (1986), Selltiz et al (1987) e Okuma (1990): a observação sistemática, a entrevista e o questionário.

Quanto à observação sistemática, foi por seu intermédio que foi possível o contato pessoal e próximo com as pessoas, no sentido de averiguar os elementos envolvidos na prática de atividades motoras dos indivíduos. Nesse sentido, a

⁸ J. G. C. MAGNANI. *Comunicação Pessoal*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 1994.

Observação foi realizada com vistas a descrever aspectos relativos aos sujeitos envolvidos, ao local e à prática propriamente dita. Com as entrevistas, buscou-se obter informações complementares à observação sistemática, principalmente no que se refere às questões de intencionalidade, conscientização, autonomia e regularidade da prática de atividades motoras. E finalmente, o uso do questionário visou a obtenção de informações a respeito dos dados sócio-econômicos dos indivíduos, com o objetivo de “enquadrá-los” em escalas sócio-econômicas.

A amostra do estudo compôs-se de aproximadamente 40 (quarenta) crianças, moradoras do Parque São Luiz. Aquelas em idade escolar, correspondente ao antigo primeiro grau, freqüentavam a escola pela manhã e à tarde dirigiam-se para um centro comunitário - o Centro Comunitário da Criança e do Adolescente (C.C.C.A.). De forma diferente, aquelas em idade correspondente ao antigo segundo grau iam pela manhã ao C.C.C.A. e à tarde à escola. Ao final da tarde, algumas delas (de ambos os grupos) costumavam reunir-se numa praça próxima ao C.C.C.A.

A construção do objeto empírico investigado, qual seja, a prática de atividades motoras junto à população sócio-economicamente desprivilegiada, ocorreu por meio de abstrações do real, havendo a mediação entre o universal e o particular. Dessa forma, conforme exposto anteriormente, iniciou-se a pesquisa com uma breve análise dos aspectos sócio-econômicos da realidade brasileira, atentando-se para as disparidades sociais e econômicas que assolam o Brasil, provenientes principalmente do problema da concentração de renda; além da descrição de aspectos relativos ao município de Santana de Parnaíba. Após esse processo, ocorreu a ida a campo, efetuando-se o trabalho de “construção” do objeto, com base nos conhecimentos da Antropologia Social (Durhan, 1988; Magnani, 1994⁹).

O TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo teve a duração de aproximadamente dez semanas, iniciado em outubro de 1994 e finalizado em dezembro do mesmo ano. A “facilitação”, com relação à “entrada em campo”, foi promovida por um grupo de jovens que desenvolvia um serviço de assistência social voluntária num centro comunitário do Parque São Luiz - o C.C.C.A.-, no qual realizaram-se parte das observações sistemáticas e conduzidas entrevistas com os freqüentadores e coordenadores do local.

Consumada a “entrada em campo” e com base nas informações coletadas, procurou-se posteriormente coligar informações sobre a prática de atividades motoras que ocorriam fora do C.C.C.A. - na rua, na praça, entre outros - mediante as entrevistas e observações em campo. Além disso, segundo as informações de que o poder público desempenha um papel importante na organização, promoção e manutenção de

⁹ J. G. C. MAGNANI. *Comunicação Pessoal*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 1994.

programas de atividades motoras, foram também realizadas entrevistas junto à Secretaria da Ação Social, a qual é responsável pela manutenção dos C.C.C.A. Finalmente, os indivíduos envolvidos na prática de atividades motoras na rua responderam ao questionário, para averiguação da sua realidade sócio-econômica.

RESULTADOS

O contato inicial ocorreu no Parque São Luiz, bairro localizado nas imediações do centro de Santana de Parnaíba e pelas condições de moradia e infraestrutura do local, percebeu-se que se tratava de um bairro desprivilegiado sócio-economicamente. Conforme citado, a “via de entrada” em campo deu-se por meio do C.C.C.A. A respeito do aspecto físico do centro comunitário, as observações em campo constataram que no local existem áreas ao ar livre (quadras de voleibol, futebol e campo de futebol), para a prática de atividades recreativas e jogos, sendo que as construções de alvenaria compõem-se basicamente de salas de aula.

Segundo as informações obtidas por intermédio das entrevistas junto aos coordenadores do local, os Centros Comunitários são mantidos pela Secretaria da Ação Social, com fins assistenciais e educativos. Quanto às pessoas envolvidas no desenvolvimento das atividades, existe tanto o trabalho voluntário não remunerado, quanto o trabalho remunerado, mantido pelo poder público. Acrescente-se que em ambos os casos, não havia a atuação de profissionais formados em nível de terceiro grau, em nenhuma das atividades ou disciplinas oferecidas no C.C.C.A. Segundo as observações e entrevistas realizadas, com relação ao envolvimento das crianças em atividades relacionadas à prática de atividades motoras, evidenciou-se a predominância de atividades de jogo e brincadeira.

Dando-se continuidade às observações - posteriormente realizadas “na rua” - devido ao acompanhamento das crianças no ambiente fora do C.C.C.A., chegou-se a uma praça próxima ao Parque São Luiz. Por meio das observações sistemáticas, notou-se que havia uma quantidade reduzida de pessoas envolvidas na prática de atividades motoras, não sendo constatada a presença de adultos desenvolvendo as mesmas. Constatou-se apenas a presença de crianças, todas envolvidas em atividades que assumiam as formas de jogo e brincadeira. As informações coligidas por meio das entrevistas, junto aos freqüentadores da praça evidenciaram que as crianças dividem seu tempo fundamentalmente entre a Escola, o C.C.C.A. e a praça.

No que concerne às entrevistas junto ao poder público, as mesmas visavam obter informações sobre os objetivos, diretrizes e alocação de recursos no que se refere ao desenvolvimento de programas de atividades motoras para a população. Quanto à Secretaria da Ação Social, esta tem como objetivo principal o atendimento

às necessidades da população carente no que tange ao auxílio-transporte, auxílio-saúde e auxílio-alimentação. E sobre a condução e manutenção dos C.C.C.A., seus objetivos relacionam-se com uma complementação à formação escolar, por meio do ensino de disciplinas do currículo escolar e atividades de arte e prática de atividades motoras; a preparação profissional, por meio de cursos de marcenaria, datilografia, entre outros e a contenção e prevenção de problemas sociais, tais como a marginalidade, o crime e o envolvimento com drogas, por parte das crianças e adolescentes.

Assim, os resultados obtidos evidenciaram que a prática de atividades motoras da amostra envolvida no estudo ocorriam em três espaços distintos: na Escola, no centro comunitário e na praça; sendo que as formas predominantes de atividades motoras assumidas foram o jogo e a brincadeira, diferentemente daquelas apontadas na introdução deste estudo, as quais supõem a detenção de certos padrões econômicos e culturais para sua prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece ser incontestável a importância e a penetração social que tem assumido a prática de atividades motoras na sociedade contemporânea. Portanto, ao considerar-se que a mesma é uma demanda em potencial a ser atendida pelo profissional de Educação Física, seu estudo e investigação assumem especial interesse para a área. Desse modo, com base nas informações de que o Brasil é um país com profundos contrastes sócio-econômicos, além do fato de que certos tipos de atividades motoras estão na dependência de um *status* sócio-econômico, o objetivo deste estudo foi o de averiguar a ocorrência da prática de atividades motoras junto às camadas sócio-economicamente desprivilegiadas do Brasil, ocorrendo a delimitação do estudo em termos do município de Santana de Parnaíba, em São Paulo.

Os resultados obtidos evidenciaram que Santana de Parnaíba é um município pobre, cuja prática de atividade motora junto à amostra investigada assume as formas de jogo e brincadeira, com predominância para os espaços institucionais públicos. Desse modo, tais informações parecem corroborar o fato de que certos tipos de atividade motora estão restritos às camadas sócio-economicamente privilegiadas do meio urbano, na medida em que, no caso de Santana de Parnaíba, o poder público é o principal responsável por proporcionar e viabilizar certas práticas de atividades motoras junto à população, evidenciando o fato de que a dimensão privada do "fazer atividade física", a qual implica em gastos de ordem econômica, praticamente inexistente.

No que concerne às relações entre aspectos sócio-econômicos e elementos

de natureza profissional, alguns pontos podem ser evidenciados¹⁰:

1) se a prática de atividades motoras se caracteriza, em parte, como uma necessidade social a ser atendida pela profissão Educação Física e no caso do Brasil, em que apenas estratos sócio-economicamente privilegiados teriam possibilidade de acesso e consumo de tal prática, cabe questionar se a preparação e atuação profissional da área considera, se adequa e se relaciona com essa realidade. Em outras palavras, *como* a Educação Física estaria considerando sua atuação profissional em termos de adequação de objetivos, conteúdos e estratégias, adequados a uma clientela sócio-economicamente desigual, sob o aspecto sócio-econômico?

2) na medida em que a maioria da população brasileira apresenta baixos níveis sócio-econômicos de vida e que os profissionais de Educação Física prestariam serviços apenas àqueles indivíduos que têm a possibilidade de pagamento pelos serviços prestados, supõe-se que a maioria da população brasileira estaria alijada do acesso e consumo dos serviços inerentes à prática profissional da Educação Física.

Desse modo, sugere-se que sejam desenvolvidas pesquisas sobre a prática de atividades motoras junto às populações sócio-economicamente desprivilegiadas, se possível, abarcando a totalidade da população brasileira, no sentido de obter-se um retrato da conjuntura da realidade nacional sobre o tema em questão.

Ainda, a título de sugestão, poder-se-ia desenvolver pesquisas de natureza aplicada, que contemplem a questão de adequação de procedimentos técnicos à realidade sócio-econômica da clientela envolvida no desenvolvimento de programas de Educação Física; bem como poderia ser investigada a questão do acesso aos serviços prestados pela Educação Física à população sócio-economicamente desprivilegiada da população brasileira. Tais trabalhos aplicados poderiam inclusive contribuir para a prestação de serviços às comunidades carentes, por parte das universidades públicas/privadas, no que se refere ao desenvolvimento de programas de Educação Física.

¹⁰ As considerações feitas basearam-se também na monografia do acadêmico R. A. L. SERTIÉ, intitulada "Estudo sobre o componente sociabilizador da Educação Física através de análise curricular" (título provisório), apresentada na Disciplina Monografia, da EEFE-USP, no segundo semestre de 1997 e no trabalho de L. SANCHES NETO & E.R. OYAMA (1998).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANÔNIMO. “América Latina produz 60 milhões de pobres”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1994. p.B-14.
- ANÔNIMO. “A miséria cresce e toma conta de São Paulo”. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 15 maio 1991. p.6.
- ANÔNIMO. “Desafio da pobreza”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 nov. 1990. p.1-2. /Editorial/
- ANÔNIMO. “Desaquecimento piora distribuição de renda”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 ago. 1995. p.B-3.
- ANÔNIMO. “40% dos brasileiros passam fome; desnutrição atinge 30% das crianças”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 out. 1990. p.C-1.
- ANÔNIMO. “Vice-campeão da miséria”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jun. 1994. p.1-2.
- BETTI, M. **Educação Física e sociedade**. São Paulo, Movimento, 1991. Cap.2, p.33-62.
- BORON, A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
- BRESSAN, E.S. “2001: the profession is dead - was it murder or suicide?” **Quest**, v.31, n.1, p.77-82, 1979.
- BUCHER, C.A. **Foundations of Physical Education & Sport**. St. Louis, 1979. Cap.4, p.91-117.
- CHAUÍ, M. de S. “De alianças, atrasos e intelectuais”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 abr. 1994. Caderno MAIS!, p.6-8/6-9
- CHEFFERS, J.; EVAUL, T. **Introduction to physical education: concepts of human movement**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1978. /Editorial/
- CLAEYS, U. & VAN PELT, H. “Introduction. Sport and mass media: like bacon and eggs”. **International Review for Sociology of Sport**, v.21, n.2/3, 1986.

- COMISSÃO DE GRADUAÇÃO. **Características e diretrizes dos cursos de Graduação**. São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte - USP, 28 out. 1996.
- CORBIN, C.B. "The importance of physical education". **The Physical Educator**, n.41, p.58-9, 1984.
- DURHAM, E.R. "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas". In: **A aventura antropológica**. CARDOSO, R.C.L. (org). São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- EICH, N.V. "Estudo indica crescimento de pobreza no país". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 abr. 1991. p.1-10.
- ELLIS, M.J. "Warning: the pendulum has swung far enough". **JOPERD**, v.59, n.3, p.75-8, 1988
- FIGUEIREDO, O. "Distribuição de renda melhorou com o Real". **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 fev. 1996. p.B-11.
- GORENDER, J. "Estratégias dos Estados Nacionais diante do processo de globalização". **Estudos Avançados**, v.9, n.25, p.93-112, 1995.
- HENRY, F.M. "Physical Education: an academic discipline". **JOHPER**, v.35, n.69, p.32-38, 1964.
- IANNI, O. "Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais". **Estudos Avançados**, v.8, n.21, p.147-63, 1994.
- KERLINGER, F.N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo, EPU, 1980.
- KROLL, W.P. **Graduate study and research in physical education**. Champaign, Human Kinetics, 1982. Cap.4, p.105-23.
- LAWSON, H. A. **Invitation to physical education**. Illinois, Human Kinetics, 1984. Cap.2, p.19-33.
- LIMA, J.R.P. "Caracterização acadêmica e profissional da Educação Física". **Revista Paulista de Educação Física**, v.8, n.2, p.54-68, 1994.

- LÜDKE, M.; ANDRE, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.
- MARIZ DE OLIVEIRA, J.G. "Educação física: tendências e perspectivas". In: SEMANA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1., São Paulo, 1993. **Anais.** São Paulo, Universidade São Judas Tadeu/Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde/Departamento de Educação Física, 1993. p.6-22.
- MARIZ DE OLIVEIRA, J.G.; BETTI, M.; MARIZ DE OLIVEIRA, W. **Educação física e o ensino de 1º grau: uma abordagem crítica.** São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária/Editora da Universidade de São Paulo, 1988. Cap.2, p.13-21.
- NEWELL, K.M. "Physical Education in higher education: chaos out of order". **Quest**, v.42, p.227-42, 1990.
- O'HANLON, J.; WANDZILAK, T. "Physical education: a professional field". **Quest**, v.32, n.1, p.52-9, 1980.
- OKUMA, S.S. **A prática de atividade física e sua relação com a publicidade de televisão.** São Paulo, 1990. 138p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo.
- OYAMA, E.R. **Educação Física e o idoso: implicações de gênero.** São Paulo, 1997. 164p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo.
- RENSHAW, P. "The nature of human movement studies and its relationship with physical education". **Quest**, Monograph 20, Summer Issue, p.79-86, 1973.
- SAGE, G.H. "The quest for identity in College Physical Education". **Quest**, 36, p.115-21, 1984.
- SANCHES NETO, L. & OYAMA, E.R. "Da escravidão negra à 'escravidão' econômica contemporânea: implicações para a Educação Física no Brasil". **Discorpo**, 1998. /no prelo/
- SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.S.; COOK, S.W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo, EPU, 1987.

SIEDENTOP, D. **Physical Education**: introductory analysis. Iowa, 1972. /Introdução/

SOUZA, H.de. “Brasil, campeão de desigualdade”. **Revista ADUSP**, maio, p.6-10, 1996.

STEPHENS, T. “Secular trends in adult physical activity: exercise boom or bust?”
Research Quarterly for Exercise and Sport, v.58, n.2, p.94-105, 1987.